



## A QUESTÃO REGIONAL E A DINÂMICA ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO - 1950/1990

**Maria da Penha Smarzaró Siqueira<sup>1</sup>**  
**Universidade Federal do Espírito Santo-UFES**  
[penhasiq@hotmail.com](mailto:penhasiq@hotmail.com)

**RESUMO:** O Espírito Santo, situado na área geo-econômica mais dinâmica do país (região sudeste), por suas tradicionais características socioeconômicas, durante um longo período histórico, não acompanhou esse dinamismo regional, mantendo suas tendências de região periférica com uma economia primário-exportadora apoiada na agricultura cafeeira, principal agente das articulações econômicas do estado. A política de modernização da economia vai ter início a partir dos anos de 1960, com a erradicação dos cafezais improdutivos, desestruturação do modelo agrário-exportador tradicional e um amplo projeto de industrialização, num plano de ação aliado à política de integração nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão regional – Cafeicultura – Modernização – Industrialização.

**ABSTRACT:** Espírito Santo state, located at the most dynamic geo-economic area of the country (southeast region), didn't follow this regional dynamism due to its traditional socio-economical characteristics, keeping its trend of peripheral region with an primary exporting economy based on the coffee, the main agent of the State economical articulation. The politic for the economical modernization starts at 1960, with the eradication of unproductive coffee cultivation, the destructuring process of the traditional agriculture-exporting model, and with a wide industrialization project in and an action plan liked the national integration politic.

**KEYWORDS:** Regional issue – Coffee cultivation – Modernization – Industrialization.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo-USP. Pós-Doutora em Sociologia Urbana pela Universidade Nova de Lisboa-UNL Professora do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

## INTRODUÇÃO

Nesse artigo, abordamos as transformações ocorridas na economia capixaba a partir dos anos de 1960, na medida em que a atividade econômica mais dinâmica se deslocou do setor primário, pautado na produção e exportação do café, para o setor industrial.

Até o final da primeira metade do século XX o Espírito Santo vivia uma situação de isolamento em relação às demais regiões brasileiras, agravada pela ausência de infra-estrutura disponível que viabilizasse condições de crescimento e maior integração nacional. A economia era estagnada e seus índices de crescimento eram pequenos em relação às médias do país. O grau de industrialização era inexpressivo e intimamente ligado à transformação de produtos primários.

Esse processo vai ser alterado nos anos de 1960, quando a economia passa por uma intensa transformação, apoiada nas diretrizes da política de erradicação dos cafezais improdutivos, dando novos rumos à estrutura econômica do estado, que se direciona para o padrão industrial. Esse foi o marco inicial da implantação da modernização e da expansão das relações capitalistas no Espírito Santo, promovendo uma maior integração econômica do estado no contexto nacional e internacional.

É a partir do processo de modernização da economia que o Espírito Santo vai ganhar um novo perfil no quadro regional nacional, enquanto pólo de expansão industrial e portuária. Aliada ao novo modelo de desenvolvimento, a urbanização emerge, inicialmente, como condição do processo de consolidação capitalista, para se efetuar, em fase mais recente, em um condicionante deste mesmo processo.

## ESPÍRITO SANTO E SUA POSIÇÃO PERIFÉRICA NO ESPAÇO ECONÔMICO BRASILEIRO

A questão regional no Brasil se inscreve no contexto da nossa própria política de desenvolvimento econômico e social, sobretudo a partir do início do século XX, quando se agravam as disparidades sócio-econômicas nas regiões brasileiras, em confronto com a prosperidade do sudeste, enquanto centro dinâmico, seguido pela região sul e as demais regiões consideradas periféricas no quadro do desenvolvimento nacional. A desarticulação da integração nacional num quadro de concentração industrial, comercial e, por conseguinte, de articulações de maior porte financeiro no

Sudeste, acentuava as desigualdades regionais e reforçava as relações centro-periferia, norteada por um centro econômico mais moderno que avançava nas relações capitalista de produção e, outro, arcaico, apoiado em uma estrutura econômica primário-exportadora.<sup>2</sup>

Como as demais regiões brasileiras, o Espírito Santo encontrava-se naturalmente inserido na conjuntura político-econômica nacional e, embora geograficamente integrado na região sudeste e produtor de café, não acompanhou o nível de desenvolvimento regional, fazendo parte das regiões consideradas subdesenvolvidas, no quadro de desenvolvimento desigual da economia nacional. Desde o final do século XIX, o baixo índice populacional do estado capixaba, aliado ao pouco desenvolvimento das forças produtivas, apoiada, inicialmente, na escravidão e, depois, em parceria e pequena propriedade familiar, fizeram com que a agricultura cafeeira se expandisse de forma lenta, não conseguindo acompanhar o ritmo dinâmico de São Paulo, Rio de Janeiro e, posteriormente, de Minas Gerais.<sup>3</sup>

No Espírito Santo, a pequena propriedade e as relações de produção familiar subordinaram a produção cafeeira (agente maior gerador de rendas e emprego), ao capital mercantil-exportador, adquirindo características distintas de outros estados. Assim, com a expansão da cafeicultura, desenvolveu-se, no estado, a acumulação do capital mercantil, que não foi grande o suficiente para investimentos de vulto em outros setores mais dinâmicos. Em decorrência dessa estrutura, o estado não oferecia maior espaço econômico para que o capitalismo nacional ali penetrasse de forma mais decisiva, acelerando suas transformações e modernizando-se.

Esse processo só começa a sofrer alterações a partir de 1960, quando, por iniciativa do Governo Federal, tem início a política de erradicação dos cafezais, considerados antieconômicos. A ação prática desta política, embora tenha provocado um elevado impacto social na sociedade capixaba, de acordo com a lógica econômica da época, era fundamental para proporcionar, ao Espírito Santo, novas perspectivas de

---

<sup>2</sup> CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

<sup>3</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950/1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

desenvolvimento econômico, buscando resolver a questão da desigualdade regional existente, e integrando mais intensamente a economia estadual ao mercado nacional.

A partir de 1930 a expansão industrial reforçou o processo de concentração, na medida em que se instalaram as chamadas indústrias “pesadas”, principalmente em São Paulo. “A maior parte da periferia nacional não contava com infra-estrutura, não oferecendo, em termos de mercados localizados, relações de interdependência estrutural mais ampla”.<sup>4</sup>

A estreita base industrial e a dependência do modelo agrário-exportador se repetiam nas demais regiões atrasadas do país, dentre as quais o Espírito Santo se incluía, principalmente pela sua dependência em relação à arcaica economia cafeeira, que direcionava a estrutura econômica da lavoura ao beneficiamento, envolvendo transporte, armazenamento e exportação.

Com um grau de industrialização insignificante e, intimamente ligado à transformação de produtos primários, o estado capixaba aliava a inexpressividade do crescimento industrial, a precariedade das ligações viárias com outras regiões geoeconômicas do país, a insuficiência da oferta de energia elétrica e a limitação do mercado consumidor. Essa situação limitava as perspectivas de recursos tributários do governo local, limitando também sua ação investidora.

A rápida expansão econômica e urbana do sudeste vai conduzir a política economia nacional, fortalecendo as bases para um novo padrão capitalista de acumulação. Nesse quadro de desenvolvimento regional, o Espírito Santo se mantinha em uma posição de isolamento, mesmo com o amplo funcionamento do porto de Vitória e sua interligação ferroviária.

Durante a primeira década do século XX, os principais veículos de integração comercial do Espírito Santo, em âmbito nacional, eram o porto de Vitória, a Estrada de Ferro Leopoldina, que cortava o Sul do estado ligando Vitória ao Rio de Janeiro, e a Estrada de Ferro Vitória Minas, que mareando o rio Doce, ligou Vitória a Minas Gerais. Desta forma, todas as regiões produtoras do Espírito Santo e do norte de Minas Gerais ficavam atendidas por fias férreas e ligadas ao porto de Vitória.<sup>5</sup> Verifica-se neste

---

<sup>4</sup> CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007, p. 118.

<sup>5</sup> Cf. NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS – NEP. Departamento de Economia da Universidade do Espírito Santo. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo. 1930-1970**. Vitória: UFES, 1984.

período a grande importância das relações econômicas do Espírito Santo com Minas Gerais.

[...] O elevado volume do comércio entre os dois estados é explicado mais pela posição geográfica do Espírito Santo frente a Minas Gerais, que fez do primeiro um corredor natural do comércio externo do segundo (primeiro para o café, depois para o minério), do que por relações econômicas mais próximas.<sup>6</sup>

O porto de Vitória cada vez mais se projetava enquanto um grande exportador de café e da produção cafeeira do estado capixaba e mineiro, ampliando seu movimento comercial com a exportação de minério de ferro. O porto de Vitória passou a ser o escoadouro natural do minério extraído em Itabira (interior de Minas Gerais), pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). A exportação do minério foi um fator decisivo para a expansão inicial do porto de Vitória e para que, o mesmo, atingisse maior repercussão como porto internacional, embora fosse considerado internacionalmente como simples porto cafeeiro. Este fato viria consolidar, em Vitória, a realização da antiga aspiração de colocar o porto como veículo de escoamento da produção de Minas Gerais, por um corredor de exportação.<sup>7</sup>

O crescimento das atividades de exportação de minério de ferro promoveu a ampliação do porto, em função da diversificação do seu movimento comercial. Embora o cais comercial tenha iniciado a exportação de minério, fez-se necessária a construção de tipos de cais especializados para o comércio do minério. Em frente ao cais comercial, do lado continental da Baía de Vitória, foram construídos pela CVRD os terminais especializados para a exportação do minério de ferro.

No final da década de 1940, entrou em funcionamento o cais de minério grosso (Cais do Atalaia), chegando ao início dos anos 60 com a exportação de minério fino, pelo novo terminal específico (Cais de Paul). Tendo em vista o expressivo aumento das exportações de minério e a necessidade de um terminal mais moderno, de maior porte e com maior aparelhamento técnico, foi construído o Terminal de Tubarão, na entrada norte da Barra de Vitória. O Porto de Tubarão, maior embarcadouro de minério do litoral brasileiro, entrou em funcionamento em 1966 e foi o último cais a ser concluído

---

<sup>6</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950/1980.** Vitória: EDUFES, 2001, p. 72.

<sup>7</sup> Id. **O porto de Vitória.** Expansão e modernização. 1950/1993. Vitória: CODESA, 1994.

nessa fase (até o final dos anos de 1960), dando origem ao complexo portuário de Vitória.<sup>8</sup>

No final da década de 1960, a industrialização passou a ser vista como a saída para a reestruturação e o dinamismo da economia estadual, a fim de superar o grande atraso relativo que separava o Espírito Santo das regiões mais desenvolvidas do país. A modernização da economia estadual, destinada a apoiar os grandes empreendimentos voltados para a exportação, estava diretamente aliada ao Porto de Vitória. Através da evolução econômica, representada, principalmente, pelo desenvolvimento das atividades de exportação do complexo portuário Vitória/Tubarão, foram criadas as condições fundamentais para um novo ciclo de expansão da economia capixaba em âmbito nacional e internacional.<sup>9</sup>

### **A INTEGRAÇÃO NACIONAL E A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA ESTADUAL**

A partir da segunda metade do século XX, a principal forma de integração da economia capixaba à economia nacional deu-se através do processo de modernização da agricultura, apoiada na política de erradicação dos cafezais e no empreendimento de pequenos capitais locais, favorecidos por incentivos fiscais.

Em decorrência da própria estrutura agrária predominante no estado até o início dos anos 60, não havia capital significativo para grandes investimentos e diversificação do setor produtivo. A hegemonia centrava-se no capital mercantil, e o capital industrial só ganhou algum peso no final daquela década.

Simultâneo ao processo de mudança da economia tradicional, para uma estrutura produtiva concentrada na indústria de transformação, ocorreram, no Espírito Santo, investimentos públicos realizados na construção da infra-estrutura (abastecimento energético, áreas de transportes e comunicação). Foram criados mecanismos com o objetivo de incrementar o reaparelhamento administrativo estadual, que se completaram em 1975, aliados a um sistema de incentivos fiscais e de financiamento em ação.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VITÓRIA/APV. **Relatório anual de 1970**. Vitória, dez. 1970.

<sup>9</sup> BITTENCOURT, Gabriel A. de Mello. **A formação econômica do Espírito Santo: roteiro da industrialização**. Vitória: Cátedra, 1987.

<sup>10</sup> NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS – NEP. Departamento de Economia da Universidade do Espírito Santo. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo. 1930-1970**. Vitória: UFES, 1984.

É nesta etapa que vai ocorrer a segunda e decisiva forma de integração do Espírito Santo ao sistema capitalista nacional. Trata-se da implantação, no território capixaba, mais precisamente na região da Grande Vitória, de projetos industriais de grande porte, voltados para os setores de transformação, principalmente de atividades indispensáveis à complementação e integração do parque produtivo nacional (minério de ferro, celulose, madeira, alimentos e siderurgia), projetos que vão completar o ciclo de inserção do estado no processo de modernização da economia nacional.<sup>11</sup>

Até 1975, a indústria capixaba caracterizava-se pela expansão dos gêneros alimentícios de transformação tradicional, situando-se bem abaixo da média nacional, e o discurso político maior estava voltado para a promoção de alternativas, aproveitando as potencialidades naturais do estado, para montar indústrias que não estivessem necessariamente vinculadas a sua base produtiva tradicional. O propósito de promover a industrialização, a partir das potencialidades estaduais, voltadas principalmente aos setores siderúrgico e paraquímico, incluía-se no novo ideário de desenvolvimento nacional, no sentido de dinamizar a economia de novas regiões com potencialidades de articulação com o setor externo, procurando uma maior integração nacional ao capitalismo internacional. Ideário expresso no II PND<sup>12</sup>, na segunda metade dos anos de 1970. Esse plano trazia uma nova concepção para a antiga temática de correção dos desequilíbrios regionais, através de um projeto de desenvolvimento voltado para abertura de frentes produtivas na conquista de mercados externos.

Nesse contexto, teve início a formulação do que veio a ser a implantação dos “Grandes Projetos Industriais”, dando forma concreta à modernização econômica do Espírito Santo. A matriz dos grandes projetos tem suas bases no complexo mina-ferrovia-porto e na expansão do plantio de eucalipto. A partir da operação dos grandes projetos industriais, o café perde a hegemonia histórica, que até então manteve na pauta exportadora do Espírito Santo.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Articulação Socioeconômica do Estado do Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 1987.

<sup>12</sup> A estratégia proposta pelo II PND (Plano de Desenvolvimento Nacional 1975-1979), estava articulada ao plano de integração nacional, abrangendo implicações demográficas, implantação dos projetos estratégicos, abrindo prioridades às regiões menos desenvolvidas e periféricas e aberturas de novas frentes de exportação. GOVERNO FEDERATIVO DO BRASIL. **II Plano de Desenvolvimento Nacional**. 1975-1979. Brasília/DF, 1974.

<sup>13</sup> SIMÕES, Roberto G. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel. (Org.). **Espírito Santo um painel da nossa história**. Vitória: EDIT, 2002. p. 229-244.

Os projetos foram agrupados em cinco complexos, sendo três do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e dois do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual). Os complexos siderúrgicos estavam centrados nas atividades da Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Usina Siderúrgica de Tubarão (CST) e Usina de Pelotização Samarco, unidades industriais siderúrgicas com terminais portuários próprios, tecnicamente aparelhados, atendendo às necessidades da produção e às modernas exigências para embarque e desembarque de navios de grande porte. O complexo paraquímico centrou-se na Aracruz Celulose S/A, acoplando indústria, floresta e infra-estrutura portuária e Flonibra - Empreendimentos Florestais (associação CVRD/Japan Brasil Pulp), investimento em indústria e floresta.<sup>14</sup>

O complexo portuário ganha ampla expansão com a ampliação das obras do cais comercial de Vitória, expansão do super porto de Tubarão, porto de Ubu (Samarco), Porto de Barra do Riacho (Aracruz Celulose) e Porto de Capuaba (Terminal do Corredor de Exportação-GO/MG/ES). Dos projetos implantados, alguns entraram em operação a partir de 1977, e outros no início dos anos 80. O complexo Naval não foi implantado.

A grande expansão do complexo portuário estadual, com seus novos terminais e com suas especificações de calado e de velocidade operacional, estava abrindo espaço para a integração de uma vasta hinterlândia, englobando áreas produtoras de vários estados, oferecendo, deste modo, uma alternativa de escoamento da produção de produtos diversificados, lançando as bases para uma nova etapa econômica, solidificada na dinâmica do corredor de transporte.

A lógica de intercâmbio de mercadorias em trânsito viabilizou o programa do Corredor de Transportes para Exportação, idealizado no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974), cujos terminais são o Porto de Vitória, Terminal de Capuaba, no município de Vila Velha, com obra iniciada em 1973 e operações em 1984. O Corredor de Exportação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) partiu da perspectiva

---

<sup>14</sup> INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Articulação socioeconômica do Estado do Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 1987.



direta de escoamento da produção de cereais do Cerrado, e da produção siderúrgica e industrial do Espírito Santo e da siderurgia de Minas Gerais.

À medida que a infra-estrutura se desenvolvia, para atender ao novo processo produtivo que se estabelecia no estado, o Porto de Vitória se posicionava como o maior instrumento de solidificação da integração nacional e internacional do Espírito Santo, na lógica do processo de modernização econômica estadual.

No ideário de desenvolvimento dos anos 70, os corredores de transporte<sup>15</sup> estavam associados a um conjunto de projetos de transportes, necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura, que integrasse zonas de concentração da produção aos terminais de embarque, ou seja, um conjunto coordenado de meios e facilidades que, ao longo de determinados eixos de circulação, viabiliza o movimento de cargas em escala econômica.<sup>16</sup>

De acordo com a nova concepção de desenvolvimento, no contexto das proposições de políticas de integração nacional e desenvolvimento nacional, os corredores de transportes emergem no sentido de promover o desenvolvimento e a integração inter-regional, como estratégia de enfrentamento dos problemas regionais que se apresentavam.

Esse fator de integração, aliado ao projeto industrial, foi de fundamental importância para o avanço econômico quantitativo e qualitativo do Espírito Santo no cenário nacional, e de promoção da mudança do perfil do estado, na fase de modernização que prevaleceu até o final da década de 1980, abrindo caminhos mais adequados à busca pelo desenvolvimento integrado ao capitalismo nacional e internacional.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> A visão mais moderna de corredor evoluiu de simples vias de transporte para uma abordagem holística que contempla as cadeias de suprimento que ocupam os espaços econômicos pré-definidos. Ou seja, os fluxos de comércio encontram sistemas de transporte aptos a suportar a movimentação de bens, de serviços e de pessoas, mas que precisam ser complementados com estruturas também complexas, tais como mercados de trabalho e de capital, infra-estrutura comercial, compreendendo condições de armazenamento e distribuição, sistema regulatório, integração tecnológica, espaços de produção e disseminação de ciência e tecnologia, sistemas de transporte complementares e condições de acessibilidade aos mercados locais, regionais, nacionais e externos. Ver: MARTINS, Ricardo S.; LEMOS, Mauro Borges. **Corredor centro-leste: sistemas de transporte de Minas Gerais nas perspectivas dos eixos de desenvolvimento e integração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

<sup>16</sup> GEIPOT. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. Ministério dos Transportes- Brasil. **Corredores de Transporte-Corredor Centro-Leste**. Brasília: GEIPOT, 1994.

<sup>17</sup> SOUSA, F. L. A localização da indústria de transformação brasileira nas últimas três décadas. In: **Anais do II Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais**. São Paulo, 2002.

Pautada nas oportunidades potenciais de investimento do setor produtivo estadual e nas efetivas bases de créditos e incentivos fiscais, para suscitar a sua implantação, a moderna economia capixaba, onde os grandes projetos atuaram como agentes maiores, estabeleceu-se, promovendo a expansão de um amplo setor produtivo, aliando elementos essenciais ao estabelecimento de uma competitividade em escala nacional e internacional.

Nessa perspectiva, a adoção de políticas de incentivos fiscais e de financiamentos em longo prazo, adotada pelo governo estadual,

[...] Se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, viabilizando a implantação de indústrias gerando a substituição do modelo primário-exportador pelo modelo industrial, garantindo com isso o processo de industrialização e modernização [...] por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advinda do campo.<sup>18</sup>

A elevada concentração de migrantes na Região da Grande Vitória, em função da desestruturação agrária, e em busca de melhores condições de vida e trabalho na cidade, que se industrializava de forma acelerada, vai influenciar diretamente o novo modelo de ocupação do espaço urbano, que se caracterizou pela intensa concentração demográfica em Vitória e seus municípios vizinhos, promovendo o processo de metropolização da região, inerente ao novo modelo econômico adotado pelo estado. Nesse sentido, na década de 1970, estabeleceu-se uma rede urbana já diferenciada daquela existente na década anterior. A modernização da economia estadual, sob a hegemonia do modelo capitalista de produção, pautado no grande capital nacional e internacional, muda o perfil urbano da cidade e o de sua população.

A grande mobilidade espacial da população provocou mudanças, tanto demográficas quanto socioeconômicas. As contradições sociais no interior da sociedade capixaba intensificaram-se de maneira rápida, deu-se o acelerado inchamento da periferia, e um processo de urbanização desordenado e desigual.<sup>19</sup> O quadro I apresenta a evolução da população rural urbana do Espírito Santo entre 1950 e 1991.

---

<sup>18</sup> MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Desigualdade social e violência urbana: a Região Metropolitana da Grande Vitória.** (Tese de Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2008, p.88.

<sup>19</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950/1980.** Vitória: EDUFES, 2001.

### QUADRO I

#### EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. 1950-1991

Anos	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1950	957.238	199.186	20,8	758.052	79,2
1960	1.418.385	403.461	28,4	1.014.923	71,6
1970	1.599.335	721.916	45,1	877.419	54,9
1980	2.063.679	1.324.701	64,2	738.978	35,8
1991	2.600.618	1.924.588	74,1	676.030	25,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. 1950 a 2000.

De um modo geral, a dinâmica populacional capixaba, caracterizada pelo amplo esvaziamento da área rural, e pelo descompasso entre crescimento econômico-demográfico do estado e da sua capital –Vitória, acompanhava a dinâmica populacional brasileira, que seguia um ciclo de migrações contínuo, fortalecido a partir de 1960, fornecendo mão-de-obra às áreas de concentração do desenvolvimento econômico, com mercado urbano em expansão.

No processo de desenvolvimento nacional, a indústria tornava-se o setor mais dinâmico, promovendo a mudança do perfil agrário que, até então, marcava o Brasil, para um país urbano-industrial. O campo perde o predomínio sobre a cidade quando os principais interesses econômicos e a maior força de trabalho do país estão localizados no meio urbano. Nessa perspectiva, o trinômio desenvolvimento-industrialização-urbanização, que implicou sucessivos e constantes deslocamentos de população das áreas rurais para os centros urbanos, deu um novo caráter demográfico ao Brasil.

Até 1950 a população brasileira era caracterizada como rural, 69,2% dessa população estava concentrada no campo. Entre 1960 e 1970 o quadro muda, quando o censo demográfico de 1970 apresenta a população brasileira como urbana, ou seja, ao iniciar a década de 70, o censo comprova que 55,6% da população brasileira estava nas cidades. Diante das mutações ocorridas no quadro demográfico nacional, observamos que a direção seguida pela população capixaba não estava fora dos rumos do modelo de modernização que se estabelecia no país.

No Espírito Santo esse marco vai ser determinante em 1980, quando o censo demográfico classifica 64,2 % da população capixaba como urbana. É nesta fase, que a indústria local assume um caráter considerado moderno, caracterizado por se reproduzir no espaço urbano, onde os setores secundário e terciário se destacam de forma expressiva na composição da renda e do emprego. É o momento que vai estabelecer a predominância do “grande capital”, detentor da hegemonia da expansão econômica, que vai imprimir, aos grandes projetos industriais, um ritmo acelerado de crescimento.

Essas novas medidas, que estavam sendo implementadas, promoveram também uma reordenação de oportunidades econômicas e sociais, fato que contribuiu para o intenso movimento migratório no estado.

O quadro II demonstra a participação da Grande Vitória na evolução do quadro populacional do Espírito Santo, onde podemos observar o período que marca as grandes mudanças que estão ocorrendo na economia capixaba e na região da capital.

## QUADRO II

### PARTICIPAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA NA EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO ESPÍRITO SANTO. 1950-1991

Anos	População Total do Espírito Santo	População total da Grande Vitória	%
1950	957.238	110.424	11,5
1960	1.418.385	194.384	13,7
1970	1.599.335	385.998	24,1
1980	2.063.679	706.263	34,2
1991	2.2600.618	1.126.638	43,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. 1950 a 2000.

O alto crescimento demográfico da Grande Vitória está relacionado às migrações e, aliado ao movimento migratório interno, Vitória estava recebendo migrantes de outros estados, mais notadamente do norte de Minas Gerais, Zona da Mata Mineira, norte do Rio de Janeiro e do sul da Bahia. A região da Grande Vitória, que se constituía em cinco municípios, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, passava a receber um elevado número de habitantes e a viver os problemas da urbanização. Tratando-se da questão do crescimento urbano acelerado em sociedades consideradas “subdesenvolvidas” e, ou em desenvolvimento,

[...] O fenômeno essencial que determina esse crescimento é o das migrações. A fuga para as cidades é, em geral, muito mais como resultado de um push rural do que um pull urbano quer dizer muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana. O problema é saber a razão pela qual, a partir da penetração de uma formação social por uma outra irrompe um movimento migratório [...].<sup>20</sup>

No Brasil, a grande predominância da população urbana que passou a se alojar nos centros metropolitanos, a partir dos anos 60, reflete, em termos gerais, o resultado da política de modernização brasileira que mudou os determinantes da dinâmica da economia nacional, rompendo com tradicionais formas de subordinação do sistema econômico, priorizando a indústria urbana e, ao mesmo tempo, começando a mudar as articulações de produção no campo. Ou seja, a razão pela qual irrompe o movimento situa-se no contexto dessas questões, e a complexidade dessa problemática perpassa pela ausência de políticas que possam estabelecer uma relação mais equilibrada entre campo-cidade.

A modernização que atingiu o setor agrário nacional foi poupadora de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, promoveu a formação de uma mão-de-obra assalariada rural e temporária. Nesse caso, a modernização brasileira expressa um lado contraditório, no sentido de atingir significativos aumentos de produtividade na indústria urbana, na integração da agricultura com a indústria, na integração nacional e nas mudanças no processo de trabalho.<sup>21</sup>

A década de 1970 vai ser decisiva no Espírito Santo. Tratando-se das relações campo-cidade, a diversificação da agricultura, na lógica do processo de modernização, foi pouco significativa, tendo sido relevante a ocupação das áreas liberadas pela erradicação dos cafezais, por pastagem/pecuária, principalmente onde predominava a pequena propriedade de produção familiar. O discurso político da época ressaltava essa prática, vinculada à afirmação capitalista do modo de produção na agricultura. Deve ficar claro como já apontava Delfin Neto,

[...] a utilização de terras com pastagens é tão necessária como sua utilização em cultura de subsistência ou de extração [...] do ponto de vista econômico, não importa a atividade econômica em si e sim a

---

<sup>20</sup> CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 35.

<sup>21</sup> SILVA, José F. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

lucratividade do empreendimento. O mesmo já não se pode dizer do ponto de vista social.<sup>22</sup>

No Espírito Santo esse processo foi acompanhado pelo reflorestamento, pela recuperação da lavoura cacaueteira, pelo Proálcool e pela expansão da agroindústria.

Com esses traços gerais da modernização e o vulto dos empreendimentos industriais concentrados na região da Grande Vitória, eleva-se, de modo expressivo, a economia do Espírito Santo e da aglomeração urbana, não havendo considerações em relação aos efeitos indiretos desse processo. Apesar das características próprias da cidade de Vitória e das vantagens locais para instalação dos grandes projetos industriais, os mesmos se desenvolveram, sem que ocorresse, tanto em nível federal quanto estadual, uma política urbana global e eficiente.

A região da Grande Vitória não possuía infra-estrutura para receber o grande fluxo migratório do interior do estado e de outros estados, que se deslocavam em sua direção, formando um elevado contingente de mão-de-obra com pouca, ou sem nenhuma qualificação.

A economia urbana, embora tenha se expandido, não conseguiu amparar o êxodo rural que se intensificou com as modificações ocorridas na estrutura agrária, colocando, em evidência, o problema da pobreza e do desemprego rural. “Este processo, apoiado na expansão industrial, transmutou-se na miséria e no desemprego urbano, ampliando, ainda mais, o chamado ‘caos urbano’, verificado na Grande Vitória a partir da década de 1970”.<sup>23</sup>

Com a expansão acelerada da malha urbana, num processo de ocupação desordenado e crescente, tem início a transformação e descaracterização do espaço fisiográfico da cidade. A população das unidades urbanas cresce, estendendo-se aos limites periféricos dos municípios. Vitória e seus municípios vizinhos passam a enfrentar os problemas da urbanização desordenada, principalmente com o surgimento e a expansão de inúmeros bairros periféricos que, juntamente com as favelas, alojam a classe trabalhadora e concentram, tanto a pobreza da cidade, quanto a de seus habitantes. A representação maior da pobreza urbana, nesse processo recente de desenvolvimento modernizante, está nas aglomerações das periferias das cidades, nos

---

<sup>22</sup> SILVA, José F. Graziano da. (Org.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 93.

<sup>23</sup> INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Estudos para definição da política habitacional para o Espírito Santo**. Caracterização da política habitacional do Estado. Vitória, 1987, p. 16, v. 1, Tomo I.

morros, nas baixadas, nas regiões de mangues, nas beiras de estradas e das rodovias, não poupando os núcleos centrais das cidades com ocupações faveladas, com alto índice de precariedade urbana.

A função contraditória do processo de desenvolvimento industrial e a questão urbana inscrevem-se na lógica das próprias relações de produção/capitalismo, no modelo adotado principalmente na América Latina, a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, essas relações,

[...] ao mesmo tempo que provocam, com a indústria moderna, uma tendência crescente à aglomeração urbana, imprimem um triplice limite a qualquer organização racional de planejamento urbano: a cidade desempenha fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização é moldada de acordo com as necessidades de acumulação capitalista.<sup>24</sup>

Na perspectiva destas questões, a organização social equilibrada transporta-se para a ação secundária e o desenvolvimento ocorre de forma desigual. Desta forma, os reais interesses da população ou os prejuízos que esta venha a ter são relegados a um segundo plano, em nome de um desenvolvimento, cujo significado ideológico apóia-se em um elevado grau de desigualdade.

Uma série de fatores vai ser determinante nesse processo, ligados direta ou indiretamente às formas de distribuição e prioridades sócio-econômicas. O elo intermediário entre ambas está na dinâmica das relações de trabalho, no padrão salarial do mínimo e na distribuição dos bens de serviço. O acesso ao trabalho, aliado à organização do espaço urbano, da infra-estrutura e dos serviços, são determinantes para garantir à classe trabalhadora uma condição de vida mais satisfatória.<sup>25</sup>

Para a grande maioria da população da Grande Vitória, constituídas de trabalhadores assalariados, essas relações eram decisivas. O acesso aos bens de serviço, principalmente aqueles ligados à educação, saúde, moradia e transporte, tornavam-se difícil em função do desemprego e dos baixos salários, insuficientes para cobrir os custos da reprodução da força de trabalho, no dinâmico processo de industrialização que se processava no estado.

As pequenas e médias indústrias, apesar da expansão, possuíam caráter desintegrado e não multiplicador, enquanto as grandes indústrias, com alta tecnologia,

---

<sup>24</sup> LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 82.

<sup>25</sup> KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

caracterizam-se como poupadoras de mão-de-obra. Assim, as atividades produtivas urbanas não permitiam absorver a mão-de-obra que a transformação capitalista estava proporcionando e ampliar, em maior escala, as relações de trabalho que o novo processo exigia. O crescimento econômico da região estava intimamente ligado às atividades cujo dinamismo apoiava-se no uso dos fatores capital e mão-de-obra especializada.<sup>26</sup>

Não é difícil compreender que a desigual distribuição espacial do crescimento econômico do Espírito Santo tem fundamentos no modelo de desenvolvimento adotado, no qual o crescimento e a desigualdade caminharam juntos, promovendo desequilíbrios sociais de grande impacto, principalmente na região da Grande Vitória, *locus* centralizador do processo de modernização estadual.

Na perspectiva de análise da história econômica, o que se constata é que, ao longo do processo de modernização/industrialização, o Espírito Santo desenvolveu-se, atingindo um nível de crescimento econômico capaz de promover uma ruptura na rota histórica tradicional, integrando o estado de forma decisiva ao mercado capitalista nacional e internacional.



[...] Nem mesmo as mazelas sociais trazidas pelos grandes investimentos – inchação das cidades, favelização, falta de infraestrutura sanitária, etc. – muda a opinião dos sucessivos Governos estaduais que tudo investiram para a consolidação dos grandes projetos. No final, todos consideram que o Espírito Santo ganhou.<sup>27</sup>

Historicamente, no Brasil o crescimento econômico sempre foi predominante em relação à modernização social, que foi subestimada em sua importância, até mesmo como condicionante básico do processo de desenvolvimento, o Espírito Santo e a sua capital – Vitória, são o espelho desse processo, que reflete as imagens e a junção das múltiplas faces desse modelo de desenvolvimento.

---

<sup>26</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950/1980.** Vitória: EDUFES, 2001.

<sup>27</sup> SILVA, Álvaro José dos Santos; LINO, Geraldo Rezende. **A ferro e fogo: a trajetória de um setor.** Vitória, 2004, p.18. Disponível em: <<<http://www.sindiferes.com.br>>>. Acesso em 26 de novembro de 2008.